

# Projeto da Carta já tem 5.818 emendas

Josemar Gonçalves



Cabral reafirma que 10% do texto serão decididos no voto

## Plenário vazio já é rotina

A convenção do PMDB acabou por esvaziar o plenário da Assembleia Nacional Constituinte ontem. Nenhum parlamentar do partido compareceu à sessão, que só contou com a presença de dez parlamentares do PDS, PFL, PDT, PT. Não havia nenhum constituinte inscrito para falar de temas constitucionais e assim o presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) abriu inscrição para que o deputado Adylson Motta (PDS-RS) começasse a discutir o projeto de Constituição.

Adylson Motta começou o seu discurso criticando o projeto, considerando-o "péssimo", mas fazendo a ressalva que havia alguma coisa boa. Citou o artigo que disciplina a admissão do funcionário público, de sua autoria, que foi aproveitado integralmente pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Pela Constituição em vigor a admissão de funcionário público é feita com concurso de provas e títulos. O artigo 86 do projeto, em seu parágrafo II, estabelece que o ingresso no serviço público, sob qualquer regime, dependerá sempre da aprovação prévia de concurso público de provas. Apenas para a promoção profissional será considerada a apresentação de títulos

e diplomas. Essa alteração foi considerada uma questão de justiça pelo deputado Adylson Motta, lembrando que no regime atual quem tem um diploma é privilegiado em concurso público.

### Reforma agrária

Outro tema constitucional que mereceu debate foi a reforma agrária. O deputado Alcei Guerra (PFL-PR), depois de ver com "lamúria, a falta de quorum e o abandono do plenário", fez críticas aos que estão contra a reforma agrária. Ele fez um relato da situação dos "sem-terra" do seu Estado, o Paraná, e advertiu: "A própria garantia da propriedade passa pela solução desse problema". O deputado Siqueira Campos (PDS-GO) aproveitou para criticar o Governo, "que não só nesta questão, como em outras, prometeu resolver o problema, mas até agora não resolveu".

O ensino público também foi tema de debate. O deputado Oswaldo Bender (PDS-RS) fez um pronunciamento a favor do ensino privado e viu radicalismo na proposta que propõe ensino público e gratuito para todos, como está no projeto. A sessão foi encerrada ao meio-dia da mesma maneira como iniciou: vazia.

Josemar Gonçalves



## Pouca resistência ao sol

Em plenário, apenas 25 constituintes. Na tribuna, oradores fracos improvisaram temas na tentativa de estabelecer o debate. Era uma sessão da Assembleia Nacional Constituinte e coube a um dos que discursaram, o deputado Oswaldo Bender (PDS-RS), tentar uma explicação para o esvaziamento: lá fora, neste sábado de Brasília, há um sol radiante "e é muito mais interessante saborear o sol gostoso do que comparecer ao plenário". Bender, porém, garante que vai cumprir as promessas da campanha, optando pela participação nos trabalhos da Constituinte.

Apesar dessa boa vontade dos oradores que improvisaram, o debate não conseguiu prosseguir. O máximo que se fez era ler o anteprojeto de Constituição e, naturalmente, cada

orador defendia suas próprias emendas. O deputado Adylson Motta (PDS-RS), por exemplo, começou com uma análise do funcionalismo público, para chegar ao problema das aposentadorias. E deu um exemplo: se um servidor público está em São Conrado, voando em asa delta, cai e se esborracha, ele não deve ter direito à aposentadoria por invalidez, ao contrário de um policial ferido num morro e cumprindo sua atividade.

Já o deputado Oswaldo Bender tratou da questão educacional. Mas para chegar a esse tema falou em radicalismos. Advertindo para os riscos dos extremismos, concluiu que o anteprojeto de Constituição entregue ao debate pela Comissão de Sistematização não é o que a maioria dos brasileiros esperava.

## Ouvidor defende Sarney

O ouvidor-geral da República, Fernando César Mesquita, declarou ontem que o presidente Sarney cumpriu fiel e integralmente o programa da Aliança Democrática e do próprio PMDB. "Além do mais" — acrescentou —, "o Presidente da República, como presidente de honra do PMDB, tem sido leal e correto com o seu partido".

Mesquita lembrou ter sido Sarney o autor do projeto de emenda constitucional que restabeleceu as eleições diretas para Presidente, e

também dele foi a iniciativa de emendas e leis complementares ou ordinárias que devolveram a autonomia política às capitais, aos municípios considerados do interesse da segurança nacional e às estâncias hidrominerais.

O ouvidor fez questão de acrescentar que o voto do analfabeto foi também uma proposta do governo Sarney. Entre outros aspectos que considerou relevantes, Mesquita disse que o presidente Sarney acabou com as restrições ao movimento sindical.

Bilau Pereira

O projeto de Constituição em discussão no plenário da Constituinte já tem um total de 5.818 emendas apresentadas, grande parte delas versando sobre pontos polêmicos como a reforma agrária, anistia, sistema de governo, mandato presidencial, estabilidade no emprego, conceito de empresa nacional e jornada de trabalho.

Desse total, apenas 194 são emendas novas, apresentadas a partir de quarta-feira, com o início do prazo de 30 dias. As outras 5.624 vieram com o projeto da Comissão de Sistematização, conforme acordo firmado entre as lideranças partidárias e o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, diz que 90% do projeto de Constituição são perfeitamente negociáveis e promete fazer esse trabalho junto às lideranças partidárias e aos vários grupos formados na Constituinte, logo após encerrado o prazo de emendas. Os 10% restantes, que abrangem exatamente esses pontos polêmicos, não são, segundo ele, passíveis de consenso e portanto deverão ser decididos no voto. Pelo menos em relação ao sistema de governo, ele já manifestou a sua disposição de manter o Parlamentarismo em seu substitutivo.

### Regime

Entre as emendas apresentadas até agora, pelo menos duas, as dos deputados Francisco Rollemberg (PMDB-SE) e José Moura (PFL-PE) restabelecem o sistema presidencialista. O mandato do presidente Sarney varia entre quatro, cinco e seis anos. Rollemberg, por exemplo, propõe cinco anos em sua emenda; já o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) opta pela manutenção dos atuais seis anos, estabelecidos pela Carta em vigor. A maioria das emendas sobre anistia discorda do texto em discussão no plenário da Constituinte e reduz o prazo proposto, a partir de 1946, 1961 ou 1964.

No capítulo da Ordem Social, as posições mais contestadas no projeto em discussão são a estabilidade plena no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Luis Eduardo (PFL-BA) e Gastone Righi (PTB-SP), por exemplo, querem o retorno do FGTS para indenização por demissões. Já Stelio Dias (PFL-ES) e Renato Vianna (PMDB-SC) propõem a manutenção da jornada de trabalho em 48 horas semanais.

### Pitorescas

Algumas emendas, principalmente do grupo das 194 novas enviadas à Sistematização são pitorescas, como a do deputado Francisco Rollemberg (PMDB-SE), que proíbe a transmissão de cenas de sexo explícito pela televisão, ou a do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que propõe mudar as expressões "gestação, parto e aleitamento" por "maternidade", como única ressalva ao artigo que iguala o homem e a mulher. O deputado Gerson Marcondes (PMDB-SP) tem uma emenda estabelecendo a pena de morte, por competência de cada Estado, ouvidas as respectivas assembleias legislativas e mediante plebiscito popular. O interessante, porém, é quando ele propõe que o presidente da República ou o governador do Estado tenham o poder de conceder perdão à sentença de pena de morte, transformando-a em prisão perpétua.

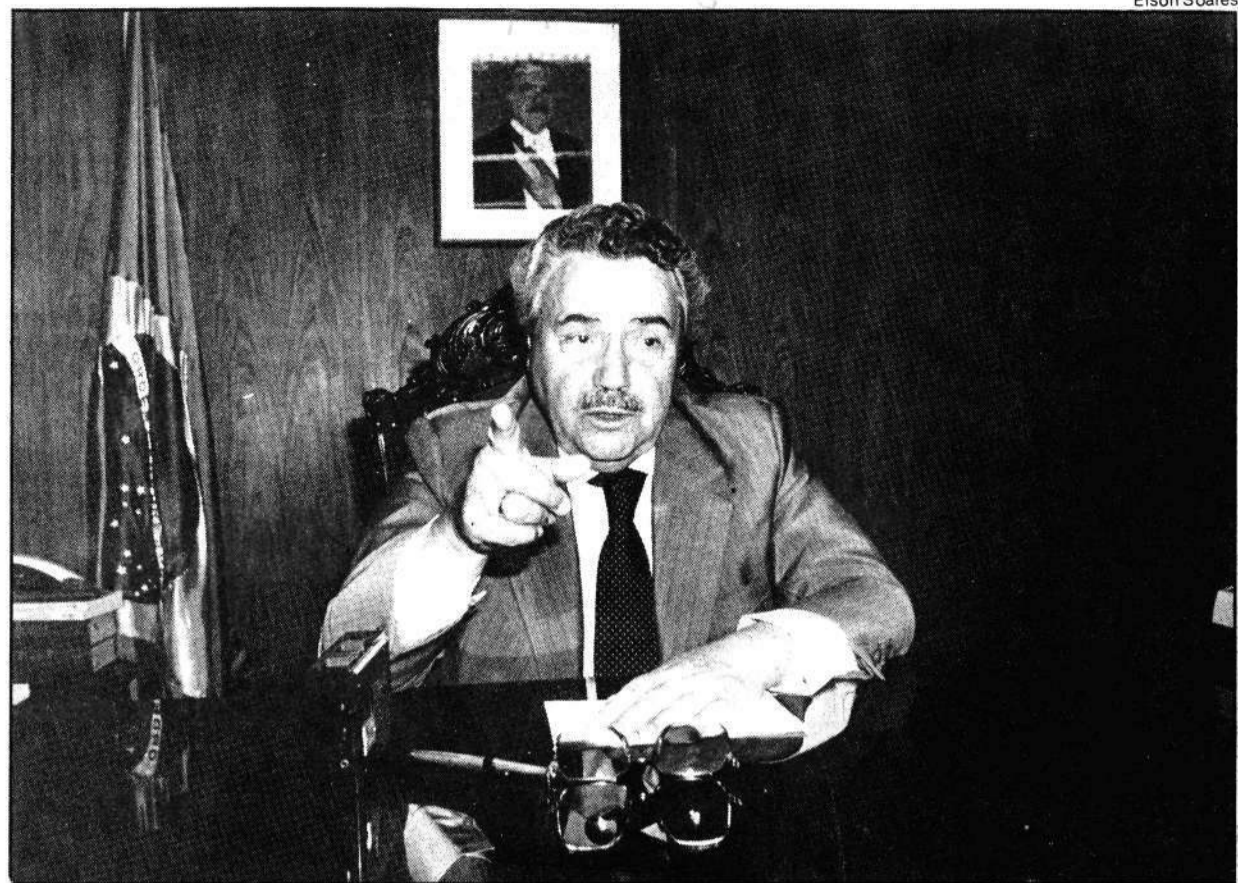
A expectativa do pessoal de apoio da Constituinte, encarregado de receber as emendas de plenário é de que até 30 de julho, quando se esgota o prazo de apresentação de propostas, chegue à Sistematização uma média de 20 mil emendas.

## Deputados no Ceará não têm credibilidade

Fortaleza — Os jornalistas cearenses têm muito mais credibilidade, perante a população desta capital, do que os 46 deputados que compõem a Assembleia Legislativa, segundo acaba de apurar pesquisa feita pela Fundação de Pesquisa e Cultura, da Universidade Federal do Ceará.

A pesquisa mostra que 63,3% da população de Fortaleza acredita no que dizem e escrevem os jornalistas, enquanto apenas 3% dá crédito ao que falam e fazem os deputados estaduais. Quanto ao salário de Cz\$ 175 mil, pago mensalmente aos deputados, 86,2% das 340 pessoas entrevistadas considera que os parlamentares "não o merecem", ao passo que 8,8% acha que eles "são merecedores".

Como os deputados estaduais estão processando o jornalista Lúcio Brasileiro — que disse que os deputados estaduais do Ceará "ganham (aliás, gatunam) 100 salários mínimos por mês" — pesquisa perguntou se o povo concorda ou não com essa afirmação. O resultado da pesquisa foi este: 70,4% concordam e 16,7% discordam.



Brossard estranha a condescendência dos políticos no episódio contra Sarney no Paço Imperial

# Brossard defende LSN e vê condescendência

Rubem Azevedo Lima e Augusto de Freitas

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, estranhou a condescendência de políticos brasileiros em relação aos manifestantes que atiraram pedras contra o Presidente da República ou que ofenderam o chefe do Governo, mas acentuou, em entrevista exclusiva ao JBR, que não foi ele, pessoalmente, quem acionou as autoridades policiais, em ambos os casos.

Para o ministro, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, tanto no episódio do Rio — em que um manifestante teria usado até uma picareta contra o Presidente — quanto em São Paulo, quando ofenderam o chefe do governo, foi considerada pertinente pelas autoridades policiais, mas a justiça poderá acolher, ou não, o inquérito policial.

Quanto às críticas que lhe são feitas, por esses dois episódios, insistiu em que, na qualidade de ministro, no que lhe couber, "cumprirá sistematicamente e sempre a lei".

A propósito da promessa feita pelo presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, de modificar a atual LSN, o ministro foi legislador, pode, portanto, mudar a lei. Nesse caso, que ele cumpra seu dever, pois eu cumprirei o meu. Se amanhã for revogada a lei vigente, o ministro cumprirá a nova lei ou não a cumprirá, se lei não houver. Mas, enquanto a lei for lei, a lei constitucional, o ministro prevaricaria se não a cumprisse".

### Sem contradição

Particularmente, Brossard entende que o disposto na LSN poderia constituir novo capítulo ao Código Penal. Ele contesta, porém, que haja incoerência entre o que falou sobre a lei, quando senador, e o modo como age, agora, no ministério, ao aplicá-la. "A lei em vigor não é o decreto-lei de 1969, que admitia a prisão perpétua e a pena de morte, que eu tanto critiquei no Senado. Além disso, também não é verdade — embora esse novo diploma contenha imperfeições — que a LSN vigente mantenha a mesma doutrina de segurança nacional do decreto baixado pela Junta Militar, há quase vinte anos".

## "Projeto piorou Declaração dos Direitos de 46"

A reformulação completa da Declaração dos Direitos, feita pela Assembleia Nacional Constituinte, no projeto de futura Constituição do Brasil, foi objeto de severas críticas por parte do ministro da Justiça, ex-senador Paulo Brossard.

Embora acentuando que "preferia não me intrometer no trabalho dos constituintes", o ministro afirmou que, como cidadão, "não se conforma em não apontar o que lhe parece incorreto na elaboração constitucional, tanto mais que o anseio de todos os brasileiros é contar com uma Constituição na qual se consagrem suas conquistas cívicas".

No caso da Declaração dos Direitos, lembrou Brossard que ela procede da Constituição de 1946 e foi respeitada inclusive pela Carta Constitucional de 1967 e até pela Carta outorgada pela Junta Militar, em 1969.

"Pode-se dizer — continuou —

## Lula faz desafio ao Presidente

Santo André — "Se o governo do presidente Sarney for condenado com base na Lei de Segurança Nacional todos os que acham que existe corrupção neste País, não basta condenar os companheiros da CUT e do PT, vai ter que arrumar cadeia para 140 milhões de brasileiros", disse ontem, em São Bernardo do Campo, o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio "Lula" da Silva, durante a posse do novo presidente do Sindicato dos

que esse foi um sinal de respeito do arbítrio por uma grande conquista do povo brasileiro. Era de se esperar, portanto, que o mesmo acontecesse agora, na Constituinte, em face de princípios que resistiram às convulsões políticas, ao autoritarismo e à ditadura militar. Não foi, porém, o que ocorreu".

### Pior

Segundo Brossard, o novo texto da Declaração de Direitos incluído no projeto de Constituição, aceito pela Comissão de Sistematização da Constituinte, além da redação muito modificada, ficou bastante pior, se comparado com o anterior.

Essa e outras falhas do projeto se deram, em sua opinião, porque a Constituinte, ciosa de sua soberania, se recusou a acolher o projeto da comissão Afonso Arinos, elaborado por especialistas em matéria constitucional, "como ponto de partida para o trabalho da Assembleia".

"Tal iniciativa — disse o ministro — foi repelida como interferência indevida na Constituinte. Lamentavelmente, porém, a Assembleia deliberou, em certos assuntos, sob a pressão de grupos bulhentos, que invadiram suas salas e até atiraram moedas sobre os constituintes".

O ministro da Justiça espera, porém, que o projeto de Constituição seja corrigido "pois ele não é irreversível e a crítica que lhe foi feita haverá de ser considerada pelos constituintes".

A propósito do sistema de governo adotado pelo projeto — o parlamentarismo — o ex-senador Brossard é de opinião que ele seja instaurado de forma integral.

"Do contrário — frisou — teremos um parlamentarismo capenga, que não nos convém. Ao fazer o parlamentarismo, vamos, pois, fazê-lo direito, com todos os seus princípios essenciais".

### Parlamentarismo

Convencional do PMDB, com direito a dois votos na convenção partidária, Brossard acha que o partido, uma vez aprovado o parlamentarismo (no qual votará), poderá fazê-lo entrar em vigor dentro de dois anos, "permitindo-se, com isso, uma adaptação razoável do presidencialismo para o novo sistema de governo".

O ministro também é favorável ao mandato presidencial de cinco anos, conforme estabelecia a Constituição de 1946. "Essa regra — diz ele — não se destinaria a resolver o problema do mandato de Sarney, mas de todos os presidentes".

Para o ex-senador Brossard, no entanto, as decisões da convenção do PMDB lhe parecem uma forma de limitação do poder dos constituintes que pertencem àquele partido. Ainda assim, o titular da pasta da Justiça considera necessário restabelecer, de forma legal, o princípio da fidelidade partidária, "pois é inexplicável que um partido eleja meia centena de representantes e acabe com menos de vinte, numa legislatura". A fidelidade, em sua opinião, deve prevalecer apenas para as questões programáticas de cada partido. Por fim, Brossard sustentou que a Constituição, por si só — da mesma forma que as diretas-já — não é uma fórmula miraculosa, capaz de resolver todos os problemas do País.

Metalúrgicos dessa cidade, Vicente Paulo da Silva, no Palácio de Convenções Vera Cruz, com a presença de mais de mil pessoas.

A festa de posse — que contou com 3 mil litros de chope — acabou transformando em um ato público contra o enquadramento de sindicalista da Central Única dos Trabalhadores e dirigentes do PT, para Luiz Inácio da Silva, a Polícia Federal não deveria enquadrar Paulo da Silva na Lei de

## Justiça vai fazer penitenciárias em todos os Estados

O começo da construção de pelo menos uma penitenciária em cada Estado, ainda no segundo semestre de 1987, em função das disponibilidades do erário, e a revisão da lei do colarinho branco, para aumentar a eficácia no combate a esse tipo de delito, são algumas das preocupações do ministro da Justiça, ex-senador Paulo Brossard.

Para o ministro, o problema da violência urbana em Nosso País, bem como o das drogas, não é uma questão exclusiva do Brasil. Trata-se, conforme diz, de um fenômeno internacional, possivelmente com motivações de ordem econômica e social, mas também deflagrado por outros fatores, entre os quais não exclui por inteiro a impunidade.

Por esse motivo, pretende construir uma penitenciária em cada estado (o sistema penitenciário brasileiro, segundo afirma, está atrasado em mais de cem anos) e vai estudar a reformulação da lei do colarinho branco, que não lhe parece perfeita.

Admitiu, contudo, que, em certos casos, o desaparecimento da Justiça, em recursos humanos e materiais, impede o combate eficaz de alguns delitos, notadamente no caso dos crimes de colarinho branco. "Os agentes da lei — frisou — têm dificuldades para conduzir um inquérito sobre esses delitos, que demandam a colaboração de numerosos especialistas".

### Lei de Furo

Informou Brossard que o ex-ministro Dilson Funaro, da Fazenda, falou-lhe da necessidade de modificar a lei do colarinho branco e até ficou de lhe enviar um esboço de projeto sobre tal assunto. "É meu pensamento, agora, verificar onde se encontra o estudo de Funaro, a fim de tocá-lo para a frente".

Destacou o ministro o êxito da Polícia Federal no combate ao tráfico de drogas, reconhecendo, porém, "se impossível quantificar o lado positivo desse tipo de ação, porque também se ignora a extensão do problema no País".

"Sempre costumo sublinhar a importância do trabalho da Polícia Federal no combate ao tráfico e consumo de drogas, mas, infelizmente, raras vezes a imprensa reconhece o que é feito em nosso ministério".

Citou ele, a propósito, a eliminação de mais de um milhão de pés de epadú (uma planta da qual se extraem entorpecentes), na fronteira norte do País, e a criação de uma vara agrária da Justiça Federal, no Bico do Papagaio, entre Goiás e Maranhão, local de numerosos conflitos fundiários.

### Jogo

O ministro da Justiça manifestou-se contrário à regulamentação de jogos proibidos (bicho) e à reabertura dos cassinos. Mesmo ao lhe ser mostrado que, no Brasil, o governo auferia grandes rendas com a prática de jogos (loteria esportiva, loteria federal, loto, corrida de cavalos) e é maior banqueiro do País, Brossard foi categórico: "Resumo o meu pensamento, sobre o assunto, numa frase: o jogo é a antítese do trabalho. O trabalho enobrece, o jogo não. Considero o jogo uma atividade anti-social".

Segurança Nacional, porque "quem deveria estar sendo julgado seria Sarney e sua política econômica irresponsável".

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, ex-presidente do Sindicato de São Bernardo, aproveitou para enviar seu recado aos que o indicariam, na próxima quinta-feira, com base na LSN: "Não vou me calar, mesmo preso. A única maneira de evitar que eu continue defendendo o trabalho será me matando".